
IMPACTOS DA CRISE ECONÔMICA NAS FINANÇAS PÚBLICAS DE MINAS GERAIS

*Reinaldo Carvalho de Moraes*²⁸

Resumo:

O presente trabalho tem por objetivo analisar algumas das principais estatísticas de finanças públicas do governo de Minas Gerais. O texto conta com tabelas e gráficos onde são apresentados dados de receita, despesa e dívida pública. Foram levantados diversos indicadores de outros estados, tendo por objetivo traçar comparações com o desempenho de Minas Gerais. Há indícios de que os efeitos da crise econômica atual têm contribuído de forma significativa para o desequilíbrio fiscal do estado, bem como de outras unidades da federação, com variações reais negativas nas principais fontes de receita e com trajetórias desfavoráveis para os indicadores de endividamento.

Palavras-chaves:

Receita, equilíbrio fiscal, despesa realizada, dívida pública, Lei de Responsabilidade Fiscal.

Abstract:

This study aims to analyze some of the key public finance statistics of the government of Minas Gerais. The text includes tables and graphs which are presented revenue data, expenditure and public debt. Various indicators of other states, with the objective of making comparisons with the performance of Minas Gerais were raised. There is evidence that the effects of the current economic crisis have contributed significantly to the fiscal imbalance of the state, as well as other units of the federation, with negative real variations of the main sources of revenue and unfavorable trajectories for debt indicators.

Keywords:

Revenue, fiscal balance, expenditure made, public debt, the Fiscal Responsibility Law.

²⁸ Mestre em Administração Pública com área de concentração em Gestão Econômica pela Fundação João Pinheiro (FJP). Bacharel em Estatística e em Administração Pública. Pós-graduado em Gestão Financeira. Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG). Professor de Estatística. Desenvolve pesquisas no Centro de Estatística e Informações (CEI) da Fundação João Pinheiro integrando a equipe de contas regionais (responsável pelo indicador do PIB trimestral de Minas Gerais e estudos setoriais de conjuntura econômica).

1. INTRODUÇÃO

A manutenção do equilíbrio das contas públicas tem sido um grande desafio, tanto para o governo de Minas Gerais, quanto para os governos dos principais estados brasileiros. A desaceleração da atividade econômica e a trajetória crescente das despesas públicas surgem como os principais fatores responsáveis pelos resultados financeiros negativos. Esta situação tem como uma das principais consequências o aumento do endividamento dos estados.

Este trabalho foi organizado da seguinte maneira: após a presente introdução, a seção dois apresenta dados do resultado fiscal do governo de Minas Gerais nos últimos 10 anos. A seção seguinte conta com estatísticas de receita com ênfase nos principais itens de arrecadação do estado, como o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e as transferências correntes. A quarta seção traz informações sobre o comportamento da despesa realizada pelo governo mineiro, com ênfase nos gastos com pessoal, principalmente no que se refere aos parâmetros da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Na quinta seção são apresentados dados relativos à dívida pública com destaque para a evolução da relação entre Dívida Consolidada Líquida (DCL) e Receita Corrente Líquida (RCL). A última seção apresenta comentários finais sobre o cenário das contas públicas mineiras e perspectivas para os próximos quadrimestres.

2. RESULTADO FISCAL

Seguindo a tendência do governo federal, os governos estaduais têm enfrentado fortes restrições financeiras. No ano de 2015, vários deles apresentaram resultado fiscal negativo. A grave crise econômica vivida pelo país trouxe à tona a realidade a qual vivem os entes federativos no que se refere aos problemas de sustentabilidade fiscal. A desaceleração da atividade econômica tem sido acompanhada pela queda da capacidade de geração de receitas pelos estados brasileiros. Em 2015 a maioria deles contou com variação real negativa em suas receitas correntes. Por outro lado, as despesas correntes apresentaram acréscimo nominal acima da inflação. Para enfrentar o problema foi necessária a implantação de medidas de ajuste fiscal. O problema é que tais medidas tendem a provocar mudanças no perfil dos gastos públicos com maior volume de despesas de custeio e menor capacidade de realização de investimentos.

Jucá (2016) aponta ²⁹ três efeitos da deterioração das contas públicas estaduais: o primeiro refere-se ao “**menor dinamismo das receitas**”. A forte retração da atividade econômica no Brasil (decréscimo de 3,8% do PIB) provocou expressiva queda real na arrecadação de impostos, uma vez que a base tributária depende da produção. O segundo efeito consiste na “**incapacidade de cortar despesas obrigatórias, notadamente de pessoal**”. Segundo o autor, com exceção do Amapá, todos os estados apresentaram aumento nominal nos gastos com essa rubrica em 2015. Diversos governantes negociaram aumentos escalonados para servidores, com previsão de vigência, inclusive para o mandato seguinte. Essa situação é vista como uma lacuna a ser corrigida na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O terceiro efeito refere-se ao “**ajuste fiscal pelo corte nos investimentos**”. Impossibilitados de cortar despesas obrigatórias, foi necessária a busca do ajuste pelo lado do investimento, o que implica na redução do ritmo de realização de obras de infraestrutura, que poderiam contribuir futuramente para o crescimento econômico.

Em relação ao resultado fiscal em Minas Gerais, governo fechou o ano de 2015 com Déficit de R\$ 8,96 bilhões (tab. 1).

Tabela 1: Receita orçamentária e despesa realizada (valores correntes) – Minas Gerais – 2015

(R\$ milhões)

RECEITA		DESPESA	
Corrente	72.766	Corrente	66.536
Capital	641	Capital	7.074
Dedução do FUNDEB	(7.056)		
Demais Deduções	(168)		
Total da Receita Orçamentária	66.184	Total da Despesa Orçamentária	73.610
Receita Intraorçamentária	9.971	Despesa Intraorçamentária	11.509
TOTAL DA RECEITA	76.155	TOTAL DA DESPESA	85.119
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO			(8.964)

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais (SEF/MG).

Foi a terceira vez consecutiva em que o Resultado Orçamentário foi negativo. Nos últimos 10 anos, houve déficit em 2013, 2014 e 2015. Entre 2006 e 2012 o governo fechou as contas no “azul” (tab. 2).

²⁹ Disponível em:

<http://pedrojucamaciel.com/contas-publicas-estaduais-em-2015-melhora-do-resultado-primario-mas-piora-do-perfil-fiscal/>. Acesso em julho de 2016.

Tabela 2: Evolução do resultado orçamentário (valores correntes) – Governo de Minas Gerais – 2006–2015

(R\$ milhões)

ANO	RECEITA	DESPESA	RESULTADO
2006	29.100	29.019	81
2007	32.633	32.443	190
2008	39.923	39.299	624
2009	40.563	40.263	299
2010	46.618	46.051	567
2011	54.844	54.694	151
2012	65.249	63.172	2.076
2013	70.958	71.907	-948
2014	73.347	75.513	-2.165
2015	76.155	85.119	-8.964

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais (SEF/MG).

Segundo a Secretaria de Estado da Fazenda: “A política de gestão do Governo de Minas, aliada ao cenário macroeconômico do País, motivou a revisão das projeções da receita e da despesa, resultando na aprovação do orçamento para o exercício de 2015 com uma ‘receita’ inferior à ‘despesa’” (MINAS GERAIS 2016a, página 7).

Para o ano de 2016 a previsão é de queda de 3,35% do PIB no Brasil (BANCO CENTRAL, 2016).³⁰ Com base nesse cenário, o orçamento do governo de Minas Gerais prevê novo déficit orçamentário em 2016: déficit de R\$ 8,9 bilhões.³¹

3. RECEITA ARRECADADA

A receita total do governo de Minas Gerais apresentou incremento nominal de 2,4% no primeiro quadrimestre de 2016, na comparação com o mesmo período de 2015. O valor saltou de R\$ 24,85 bilhões para R\$ 25,70 bilhões. Como a inflação³² nos últimos doze meses na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) foi de 9%, observa-se recuo real da receita total de aproximadamente 6,6% (tab. 3)

³⁰ Disponível em:

<http://www.bcb.gov.br/pec/GCI/PORT/readout/R20160701.pdf>

Acesso em julho de 2016.

³¹ Disponível em:

http://www.planejamento.mg.gov.br/images/documentos/loa_lei_orcamentaria_anual/LOA_2016/01_Volume_I.pdf

Acesso em julho de 2016.

³² Através do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Tabela 3: Receita total (valores correntes) – Minas Gerais – 1ºquadrim. 2015/1ºquadrim. 2016

(R\$ milhões)

CLASSIFICAÇÃO DA RECEITA	ACUMULADO JAN-ABR/2015	ACUMULADO JAN-ABR/2016	Variação	PARTICIPAÇÃO JAN-ABR/2016
Receita Total (A + B + C + D + E)	24.853	25.457	2,4%	100,0%
Receitas Correntes (A)	23.903	25.699	7,5%	100,9%
Tributárias	17.457	18.727	7,3%	73,6%
ICMS	12.041	12.809	6,4%	50,3%
IPVA	3.243	3.521	8,6%	13,8%
Outras Receitas Tributárias	2.173	2.397	10,3%	9,4%
Transferências Correntes	4.595	4.680	1,8%	18,4%
Demais Receitas Correntes	497	848	70,6%	3,3%
Receitas de Capital (B)	169	175	3,7%	0,7%
Operações de Crédito	22	11	-51%	0%
Alienação de Bens	1,4	2,6	83,0%	0,0%
Amortização de Empréstimos	104	106	2,2%	0,4%
Transferências de Capital	40	55	37,7%	0,2%
Outras Receitas de Capital	1	-	-100%	-
Deduções do FUNDEB (C)	(2.492)	(2.651)	6%	-10%
Demais Deduções (D)	(59)	(40)	-32,9%	-0,2%
Receitas Intraorçamentárias (E)	3.332	2.274	-32%	9%

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda (SEF/MG).

Em relação ao comportamento das receitas correntes, observa-se incremento nominal de 1,8% nos quatro primeiros meses de 2016 na rubrica “transferências correntes”,³³ o que significa queda real próxima de 7,2%. A cifra saltou de R\$ 4,60 bilhões para R\$ 4,68 bilhões no período em análise (tab. 1).

Em termos nacionais, houve recuo real de 12,9% nas transferências do governo federal para os estados (Mendonça, 2016). Esse resultado foi reflexo da queda real de arrecadação do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Renda (IR), bases do Fundo de Participação dos Estados (FPE), principal fonte de transferências do governo federal para as unidades federativas.

O gráfico 1 apresenta a evolução das taxas de variação real nos últimos bimestres para as “Transferências Correntes” em Minas Gerais e no grupo dos 10 estados de maior PIB (G10).³⁴ Em valores constantes, apesar do resultado negativo, os números foram melhores no estado nos últimos dois bimestres (-7,5% e -5,9%, respectivamente) do que no agregado G10 (-10,7% e -10,2%, respectivamente) (gráf. 1).

³³ “São despesas realizadas para as entidades da Administração Indireta ou da iniciativa privada cujos recursos devem ser aplicados, pelo beneficiário, em despesas correntes. Em razão da natureza da despesa, não haverá, em nenhuma hipótese, por parte do beneficiário, contraprestação em bens e serviços” (SILVA, 2007)

³⁴ Em vários indicadores de Finanças Públicas foram comparados os resultados de Minas Gerais com agregado dos 10 estados com maiores economias medidas através do Produto Interno Bruto (PIB) – G9 (na ordem: SP, RJ, MG, RS, PR, SC, DF, BA, GO, PE).

Gráfico 1: Transferências correntes: Taxa de variação real no bimestre (em relação ao mesmo bimestre do ano anterior) – Minas Gerais e G10 (SP, RJ, MG, RS, PR, SC, DF, BA, GO e PE) – 1º bim. 2013–2º bim. 2016



Fonte: Relatório resumido da execução orçamentária (RREO) dos estados; Secretaria do Tesouro Nacional (STN/MF), Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I).

Já as receitas tributárias apresentaram incremento nominal de 7,3% nos quatro primeiros meses de 2016. Levando em consideração o efeito da expansão dos preços, pode-se afirmar que houve recuo real próximo de 1,7%. Devido à grande importância que a receita tributária representa na composição da receita total do estado torna-se interessante observar a evolução da taxa de variação dela nos últimos bimestres, bem como do G10 (gráf. 2).

Gráfico 2: Receita tributária: Taxa de variação real ³⁵ no bimestre (em relação ao mesmo bimestre do ano anterior) – Minas Gerais e G-10 (SP, RJ, MG, RS, PR, SC, DF, BA, GO e PE) – 1º bim. 2013–2º bim. 2016



Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) dos estados; Secretaria do Tesouro Nacional (STN/MF), Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I).

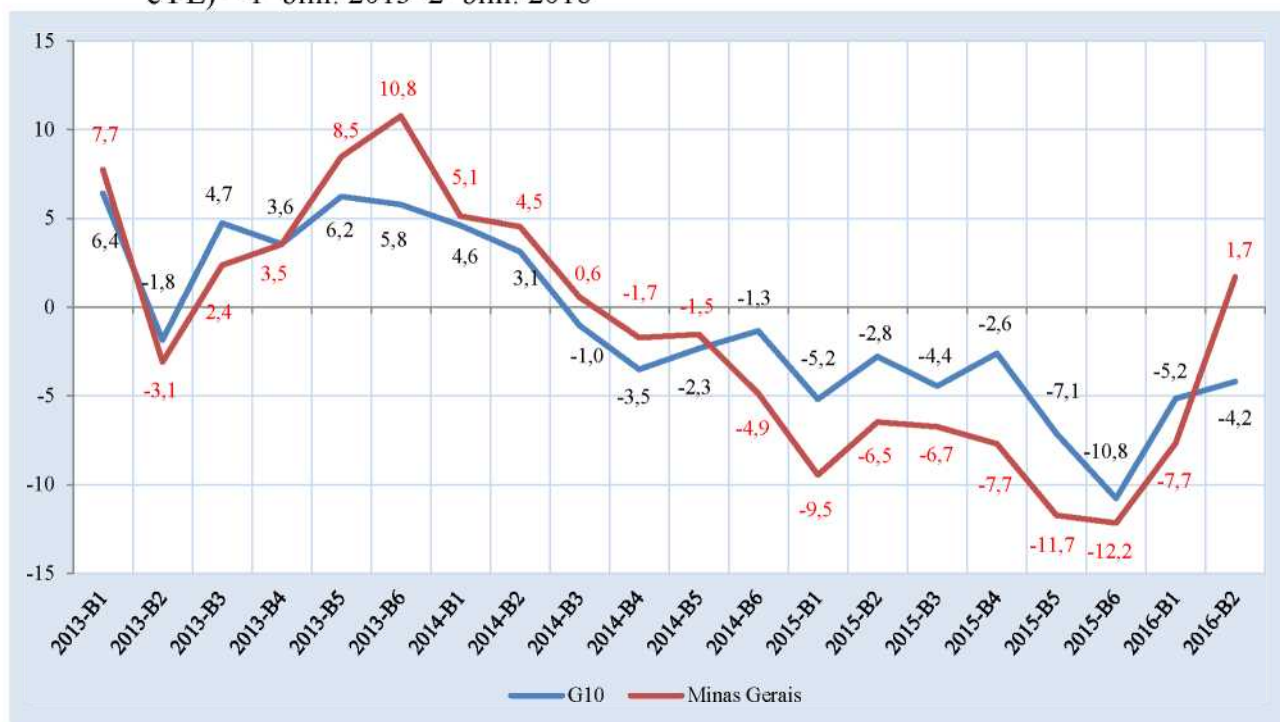
³⁵ Os valores foram deflacionados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE).

O gráfico mostra que entre o sexto bimestre de 2014 e o sexto bimestre de 2015 as taxas de variação real da receita tributária foram negativas e com tendência de queda tanto em Minas Gerais quanto no conjunto dos principais estados. Nos dois primeiros bimestres de 2016 foram observados resultados menos piores tanto em Minas Gerais quanto no agregado G10.

Na composição da receita tributária pode-se destacar a importância das receitas de ICMS para o governo do estado. No primeiro quadrimestre de 2016 elas representaram 50,3% da receita total. Dos R\$ 18,73 bilhões arrecadados em tributos em Minas Gerais nos quatro primeiros meses de 2016, R\$ 12,81 bilhões vieram do ICMS³⁶, ou seja, 68,4% da receita tributária no período.

Os dados de arrecadação de ICMS acompanham a realidade de desaceleração da atividade econômica no estado e no país. As taxas de variação da arrecadação de ICMS em Minas Gerais foram piores do que no agregado G10 durante oito bimestres consecutivos.³⁷ Entretanto, no primeiro bimestre de 2016 o estado apresentou melhor desempenho (gráf. 3).

Gráfico 3: Arrecadação de ICMS: Taxa de variação real no bimestre (em relação ao mesmo bimestre do ano anterior) – Minas Gerais e G10 (SP, RJ, MG, RS, PR, SC, DF, BA, GO e PE) – 1º bim. 2013–2º bim. 2016



Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) dos estados; Secretaria do Tesouro Nacional (STN/MF), Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I).

Tendo por objetivo a busca do equilíbrio financeiro, o governo de Minas Gerais promoveu o aumento da alíquota de ICMS em alguns produtos para começar a vigorar em janeiro

³⁶ Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços.

³⁷ Entre o sexto bimestre de 2014 e o primeiro bimestre de 2016

de 2016.³⁸ Como a nova regra passou a vigorar a apenas seis meses, ainda não é possível avaliar se a medida foi efetiva no seu propósito inicial de aumentar a arrecadação.

3. DESPESA REALIZADA

A Despesa realizada do governo de Minas Gerais apresentou decréscimo nominal de 3,9% no primeiro quadrimestre de 2016, na comparação com o mesmo período de 2015. A cifra caiu de R\$ 24,03 bilhões para R\$ 23,09 bilhões no período (tab. 4).

Tabela 4: Despesa realizada – Minas Gerais – jan–abr. 2015/jan–abr. 2016

(R\$ milhões)

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	ACUMULADO JAN-ABR/2016	ACUMULADO JAN-ABR/2015	Varição	PARTICIPAÇÃO JAN-ABR/2016
Despesa Realizada (A + B)	24.030	23.090	-3,9%	100,0%
Despesas Correntes (A)	19.192	20.059	4,5%	86,9%
Pessoal e Encargos Sociais	11.333	12.337	8,9%	53,4%
Juros e Encargos da Dívida	947	505	-46,7%	2,2%
Outras Despesas Correntes	6.912	7.217	4,4%	31,3%
Despesas de Capital (B)	988	901	-8,7%	3,9%
Investimentos	25	207	715,1%	0,9%
Inversões Financeiras	44	17	-60,3%	0,1%
Amortização da Dívida	918	677	-26,3%	2,9%
Despesa Intraorçamentária (C)	3.850	2.130	-44,7%	9,2%

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais (SEF/MG).

A queda nominal na despesa nos quatro primeiros meses de 2016 ocorreu, principalmente, em função da queda no volume de gastos com as seguintes rubricas: Juros e Encargos da Dívida (-46,7%), Amortização da Dívida (-26,3%) e Despesa Intraorçamentária (-44,7%).

Na abordagem da “Despesa por Categoria Econômica e Grupos de Natureza da Despesa”,³⁹ os dispêndios com a rubrica “Pessoal e Encargos Sociais” saltaram de R\$ 11,33 bilhões em no primeiro quadrimestre de 2015 para R\$ 12,34 bilhões no mesmo período de 2016, perfazendo acréscimo nominal de 8,9% (portanto incremento real próximo de 0,1%). A Lei Orçamentária Anual (LOA)⁴⁰ previu o montante de R\$ 45,46 bilhões para essa rubrica em 2016. O

³⁸ Lei Estadual número 21.781/2015.

³⁹ Conforme classificação funcional definida na Lei 4.320/64.

⁴⁰ Disponível no sítio:

http://www.planejamento.mg.gov.br/images/documentos/loa_lei_orcamentaria_anual/LOA_2016/volume5.pdf

Acesso em Junho/2016.

valor gasto em 2015 totalizou R\$ 39,28. Portanto, o valor previsto significa incremento nominal em torno de 15,7%.

Dentre os estados que compõem o agregado G10, Minas Gerais apresentou o terceiro maior incremento nominal nos gastos com pessoal no primeiro quadrimestre de 2016. Apenas estados do Paraná e da Bahia alocaram maior volume de recursos do que Minas Gerais, com acréscimos nominais de 19,3% e 18,4%, respectivamente (tab. 5).

Tabela 5: Despesa com “Pessoal e Encargos Sociais” – Minas Gerais e estados selecionados – jan–abr. 2015/jan–abr. 2016

(R\$)

UF	ACUMULADO JAN-ABR/2015	ACUMULADO JAN-ABR/2016	VARIÇÃO
PR	6.848.875.771	8.169.789.253	19,3%
BA	4.970.361.689	5.886.764.060	18,4%
MG	11.333.458.737	12.336.945.925	8,9%
SC	4.032.925.207	4.332.934.419	7,4%
RS	7.733.336.456	8.169.682.045	5,6%
GO	3.454.557.606	3.617.028.129	4,7%
SP	25.055.094.216	25.927.135.933	3,5%
PE	3.694.507.391	3.810.311.390	3,1%
RJ	6.361.131.779	6.135.513.175	-3,5%
DF	5.800.817.588	5.445.899.292	-6,1%

Fonte: Relatório resumido da execução orçamentária (estados).

No que se refere ao cumprimento da Lei Complementar 101/2000⁴¹, constata-se que os dispêndios com pessoal no poder executivo mineiro atingiram 47,71%⁴² da receita corrente líquida (RCL) no 1º quadrimestre de 2016. No quadrimestre anterior o valor atingira 47,91%. Portanto, houve decréscimo de 0,2% ponto percentual em quatro meses. A legislação recomenda que os gastos com pessoal não ultrapassem o limite prudencial de 46,55% da Receita Corrente Líquida, sob pena das sanções previstas. O valor mais baixo do indicador pode ser considerado uma notícia positiva, entretanto o desafio ainda é grande, uma vez que ele ainda se encontra 1,16 ponto percentual acima do limite prudencial. O gráfico 4 mostra a evolução da relação entre despesa de pessoal e receita corrente líquida.

⁴¹ Lei de Responsabilidade Fiscal.

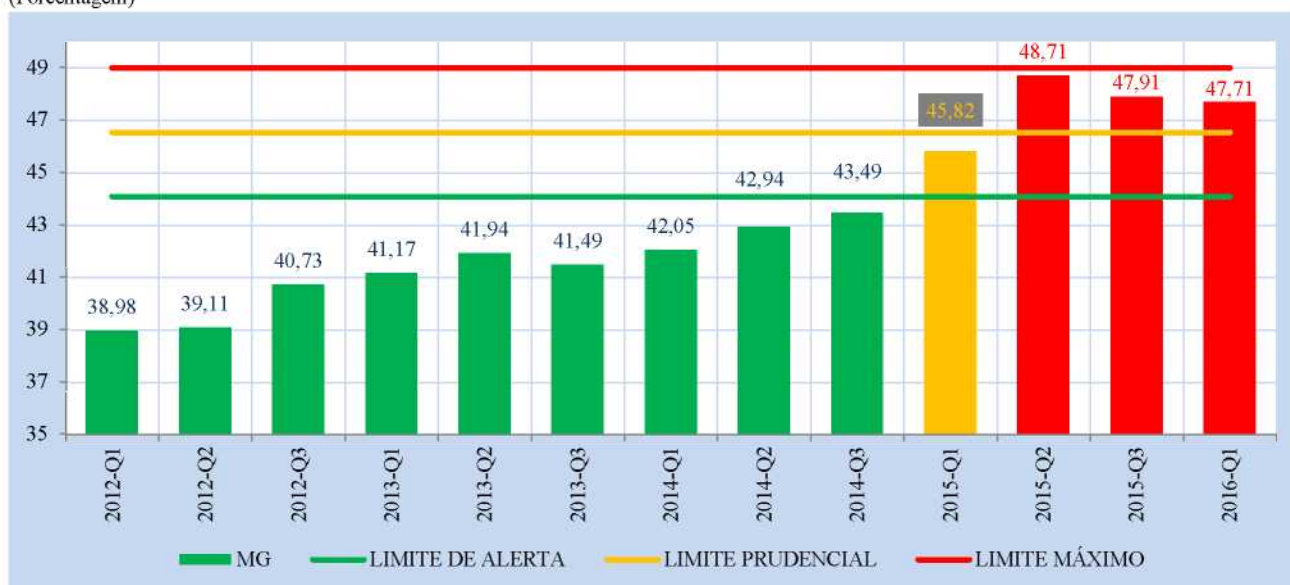
⁴² Disponível em no sítio:

http://www.fazenda.mg.gov.br/governo/contadoria_geral/gestaofiscal/ano2016/1quadrimestre2016.pdf

Acesso em junho/2016.

Gráfico 4: Evolução do percentual de gastos com pessoal em relação à receita corrente líquida – Minas Gerais – 1º quadrim. 2012–1º quadrim. 2016

(Porcentagem)



Fonte: Relatório de gestão fiscal (Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais).

Em relação à conta “Investimentos”,⁴³ o volume financeiro alocado nos quatro primeiros meses de 2016 em Minas Gerais foi R\$ 207 milhões. No mesmo período do ano anterior o dispêndio havia sido de R\$ 25 milhões. Dessa forma, houve incremento nominal de 715,1%. A LOA previu alocação de R\$ 3,85 bilhões para o ano de 2016. Como o dispêndio com essa rubrica em 2015 foi de R\$ 3,19 bilhões, a previsão é de incremento nominal de 20,7% no presente ano.

5. DÍVIDA PÚBLICA

A dívida consolidada líquida (DCL)⁴⁴ do Governo de Minas Gerais atingiu R\$ 99,31 bilhões no primeiro quadrimestre de 2016. O valor foi 3,2% inferior ao estoque verificado no quadrimestre anterior, quando a cifra havia atingido 102,59 bilhões. No que se refere à relação entre dívida consolidada líquida e receita corrente líquida (DCL/RCL), Minas Gerais apresentou no primeiro quadrimestre de 2016 o terceiro pior resultado do G10: DCL como 188% da RCL. No quadrimestre anterior o indicador havia atingido 199%. Portanto houve decréscimo de 11 pontos percentuais em quatro meses (tab. 6).

⁴³ Despesas com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.

⁴⁴ DCL: Dívida pública consolidada, deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros.

Tabela 6: Evolução da relação dívida consolidada líquida (DCL) sobre receita corrente líquida (RCL) – Minas Gerais e estados selecionados (G9) – 1º quadrim. 2013–1º quadrim. 2016 (Porcentagem)

UF	2013/Q1	2013/Q2	2013/Q3	2014/Q1	2014/Q2	2014/Q3	2015/Q1	2015/Q2	2015/Q3	2016/Q1
RS	213	208	209	208	205	209	213	217	227	218
RJ	155	162	154	156	154	178	178	186	198	192
MG	166	169	183	171	167	179	182	195	199	188
SP	143	127	142	137	130	148	147	154	168	163
GO	94	94	92	91	91	90	91	90	99	76
PE	39	44	53	45	49	58	54	59	62	58
BA	19	33	47	32	37	40	40	50	59	54
SC	40	46	48	39	39	45	40	46	53	41
PR	42	58	60	55	51	58	55	...	49	40
DF	8	7	16	14	12	21	17	19	25	25

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN/MF).

É importante destacar que o limite estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal é de 200% até o ano de 2016. Consta-se que o estado encontra-se a apenas 2% percentuais abaixo do limite prudencial de 190%, o que deixa em alerta a gestão financeira estadual.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As perspectivas para as contas públicas dos estados e de Minas Gerais não são as melhores. A forte retração da atividade econômica em 2015 e 2016 provocou significativa desaceleração no ritmo de crescimento das receitas. Por outro lado, as despesas diminuíram de forma tímida o ritmo de crescimento. Dessa forma, é inevitável que os estados apresentem resultado financeiro negativo em 2016.

Dessa forma, depreende-se que o equilíbrio fiscal dos principais estados dependa muito da retomada do crescimento econômico, uma vez que a principal fonte de receita, o ICMS, tem sido fortemente afetada pela desaceleração da atividade. Além disso, parte considerável do gasto público é composto pelas chamadas despesas obrigatórias, o que permite limitada margem de ação para os governos promoverem o ajuste fiscal através do corte de dispêndios.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Boletim Focus – Relatório de Mercado**. Brasília. Julho de 2016.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Boletim de Conjuntura Econômica – 3º Quadrimestre de 2015**. Belo Horizonte: Centro de Estatística e Informações (CEI), 2016.

MACIEL, Pedro Jucá. **Contas Públicas estaduais em 2015: melhora do resultado primário, mas piora do perfil fiscal**. 2016. Disponível em: <http://pedrojucamaciel.com/contas-publicas-estaduais-em-2015-melhora-do-resultado-primario-mas-piora-do-perfil-fiscal/fin2015site/>. Acesso em 04-07-16.

MENDONÇA, Marco Aurélio Alves de. **Carta de Conjuntura - 2016 - Junho - nº 31**. Brasília: 2016.

MINAS GERAIS. **Lei n. 21.781 de 01 de outubro de 2015**. Altera as Leis nºs 6.763, de 26 de dezembro de 1975, 12.729, de 30 de dezembro de 1997, 14.937, de 23 de dezembro de 2003, e 19.976, de 27 de dezembro de 2011, e dá outra providência. Belo Horizonte: 2015.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Fazenda – SEF. **Relatório Contábil 2015**. Belo Horizonte: 2016a.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG. **Lei Orçamentária Anual – LOA 2016**. Belo Horizonte: 2016b.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Fazenda – SEF. Superintendência Central de Contadoria Geral. **Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO**. Belo Horizonte: 2016c.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Fazenda – SEF. **Relatório de Gestão Fiscal – RGF**. Belo Horizonte: 2016d.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Secretaria do Tesouro Nacional. **Boletim das Finanças Públicas dos Entes Subnacionais**. Brasília: 2016a.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Secretaria do Tesouro Nacional. **Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI**. Brasília: 2016b.

SILVA, Jair Cândido da. **Lei 4320/64, comentada: uma contribuição para a elaboração da lei complementar (parágrafo 9º do art. 165 da CF/88)**. Editora Thesaurus. Brasília, 2007.